

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJA DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 07/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 04/2024
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO**

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE GUARUJA DO SUL, através de sua Secretária Municipal de Assistência Social, Sra. Evelyn Luisie Kuhn, tornam público para conhecimento dos interessados que realizarão licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, por meio da utilização de recursos da tecnologia da informação (internet), através do Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br), de acordo com as condições e especificações constante no presente edital, inclusive em seus anexos, especialmente o Anexo I - Termo de Referência.

A convocação dos interessados e disponibilização do edital e anexos dar-se-á através do Diário Oficial dos Municípios (DOM), do Site do Município (<https://guarujadosul.atende.net/cidadao>), do Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br) do Portal Nacional de Contratações Públicas (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>) e do Jornal Diario Eletronico "A Gazeta" <https://www.gazetasbs.com.br/publicacoes-legais>

O presente edital é regido Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, Decreto Municipal nº. 223/2023, Decreto Municipal nº. 151/2023, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores e Decreto Municipal nº. 149/2023, bem como demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Tipo: Menor preço por item

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para Aquisição de cestas básicas e leite para atender as famílias em vulnerabilidade social do Município de Guarujá do Sul/SC, de acordo com a Lei nº. 2815/2023 que regulamenta os benefícios no âmbito da Política Municipal de Assistência Social.

DO RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

Período de recebimento das propostas:

18 de novembro de 2024 até às 08:15 do dia 29 de novembro de 2024 através do Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br).

Início da Sessão de Disputa de Preços (lances):

29 de novembro de 2024 de às 08:30, através do Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br).

Local: Os procedimentos para acesso ao Pregão Eletrônico estão disponíveis na página inicial do site do Portal de Compras Públicas: www.portaldecompraspublicas.com.br.

1. DO OBJETO



1.1. A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO para Aquisição de cestas básicas e leite para atender as famílias em vulnerabilidade social do Município de Guarujá do Sul/SC.

1.2. As quantidades descritas no Anexo I deste Edital são estimativas máximas para fornecimento durante 12 (doze) meses e prorrogação, com entregas em períodos alternados e quantidades definidas de acordo com as necessidades. Portanto, caberá à detentora da ata, entregar os materiais solicitados, independente dos quantitativos e volumes.

1.2.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade do preço, comparado ao preço praticado pelo mercado, o que será atestado mediante pesquisa de preços atualizada, na forma do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021 e conforme o Decreto Municipal n.º 207/2022.

a. No ato de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, haverá a renovação das quantidades registradas, sem que ocorra a acumulação dos itens entre os períodos; contudo, por ocasião da renovação do prazo de vigência da Ata, os quantitativos registrados deverão respeitar a quantidade originalmente registrada.

b. Fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na Ata de Registro de Preços.

1.3. As MEs/EPPs terão tratamento diferenciado previsto na Lei complementar nº 123/2006 alterada pela Lei complementar nº 147/2014 e demais alterações, sendo:

- Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

1.3.1. Portanto, considerando que a estimativa de preço para os itens situa-se abaixo de R\$ 80.000,00 esta licitação será destinada exclusivamente para a participação de ME/EPP

2. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

2.1. Quaisquer questionamentos e ou esclarecimentos acerca do edital, inclusive os de ordem técnica, deverão ser encaminhados EXCLUSIVAMENTE através da Plataforma Eletrônica (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>), NÃO sendo aceitos pedidos encaminhados via endereço eletrônico (e-mail) ou qualquer outro meio.

2.2. Decairá do direito de pedir esclarecimento ou impugnar os termos deste edital aquele que não o fizer em até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo, cabendo ao Órgão Gerenciador respondê-lo em até 03 (três) dias úteis contados do recebimento do pedido (limitado ao último dia útil anterior à data da abertura).

2.2.1 O horário limite para recebimento das impugnações é às 23:59 da data especificada no sistema.

2.2.2. Se procedente e acolhida a impugnação do edital, seus vícios serão sanados, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido (na mesma forma de divulgação inicial), exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.



2.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnações serão divulgadas na plataforma eletrônica (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>) e no site oficial do Município de Guarujá do Sul (<http://www.guarujadosul.sc.gov.br/> – link “licitações”).

3. DA CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, cadastradas no ramo de atividade pertinente ao objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste edital, seus anexos e nos demais regimentos/normativas existentes no Brasil sobre a área de fornecimento.

3.2. Como requisito para participação no pregão, a empresa deverá possuir cadastro junto a plataforma eletrônica que será realizado o certame, bem como, em campo próprio do sistema deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e, que sua proposta está em conformidade com os termos do edital e seus anexos.

3.2.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e conformidade da proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no edital e na legislação vigente.

3.3. Não poderão disputar licitação direta ou indiretamente:

- a) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) Pessoa jurídica que se encontre impossibilitada de participar da licitação em decorrência de registro junto ao CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas) e/ou CNEP (Cadastro Nacional de Empresas Punidas), ambos mantidos pelo Poder Executivo Federal.
- d) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.4. A não observância das vedações desta cláusula e das demais dispostas na Lei Federal nº 14.133, de 2021 é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita as penalidades cabíveis.

3.5. A participação neste certame implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

4. DO CREDENCIAMENTO NA PLATAFORMA ELETRÔNICA

4.1. Os interessados em participar do pregão eletrônico deverão dispor de chave de



identificação e senha pessoal, ambas intransferíveis e de responsabilidade única do usuário, obtidas junto ao Portal de Compras Públicas (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>).

4.2. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto à plataforma eletrônica implica a responsabilidade legal pelos atos praticados, a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico, bem como a aceitabilidade no que se refere as regras dos editais que escolher participar.

4.3 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Portal de Compras Públicas ou ao Município de Guarujá do Sul a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.4 Todos os custos decorrentes do credenciamento na plataforma eletrônica serão de responsabilidade do licitante.

5. DOS PROCEDIMENTOS

5.1. Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico, o licitante deverá encaminhar a proposta de preços exigidos no Edital, exclusivamente, por meio do Portal de Compras Públicas, até a data e hora estabelecidos, quando, então, se encerrará automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.2. Os documentos de habilitação deverão estar no formato PDF.

5.3. Os documentos de habilitação do licitante melhor classificado serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público somente após o encerramento da sessão pública de lances.

5.4. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema. Após o início da sessão pública do pregão eletrônico não caberá desistência da proposta e/ou do lance ofertado.

5.5. A licitante que deixar de apresentar a documentação, apresentar documentação falsa ou não mantiver sua proposta, será inabilitada do certame e ficará passível da aplicação de multa, assim como a decretação da suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de Guarujá do Sul.

5.6. A licitante deverá declarar os requisitos que sua empresa cumpre, em campo próprio da plataforma eletrônica, conforme abaixo:

- Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.
- Declaro cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- Sob pena de desclassificação, declaro que minhas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas
- Declaro para fins do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional, nº 20/98, que não emprego menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos.
- Declaro não possuir em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho



degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal.

- Declaro que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, estou ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.

- Declaro sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

- Declaração de enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

- Declaro, sob as penas da Lei, que não ultrapassei o limite de faturamento e cumpro os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

5.6. Prazo de validade da proposta sere de 60 (sessenta) dias.

5.6.1. Caso a empresa colocar prazo de validade inferior ou superior a 60 (sessenta) dias, sera desconsiderado.

6. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E CLASSIFICAÇÃO

6.1 A proposta de preços deverá ser cadastrada exclusivamente, por meio da plataforma eletrônica (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>), até a data e horário estabelecidos neste edital, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

6.2 A proposta a ser cadastrada deverá conter obrigatoriamente:

- a. PREÇO UNITÁRIO e o PREÇO TOTAL de cada item/lote ofertado, expresso em reais com, no máximo, 02 (duas) casas decimais após a virgula;
- b. MARCA/FABRICANTE, MODELO e DESCRIÇÃO DETALHADA DO ITEM;

6.2.1. NESTE CERTAME NÃO SERA DISPENSADO MARCA/FABRICANTE, SENDO QUE SERA DESCLASSIFICADO O ITEM DA EMPRESA QUE CONTER MARCA VALIDA.

6.2.2. NESTE CERTAME SERA DISPENSADO O MODELO.

6.4. A empresa proponente deverá observar rigorosamente a descrição e a unidade de fornecimento do objeto, tendo que, este estar totalmente e estritamente dentro das especificações contidas neste edital.

6.5. Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, composição do BDI, fornecimento do objeto, encargos sociais, mão de obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação tributária, social, trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais e demais que se fizerem necessário para a execução total e completa do objeto desta licitação.

6.6. Verificando-se no curso da análise das propostas o descumprimento de qualquer requisito exigido neste edital e seus anexos a proposta será desclassificada.

6.7. Em caso de desclassificação da proposta, esta será fundamentada e registrada



na plataforma eletrônica, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

6.9. (A) pregoeiro (a) poderá, caso julgar necessário, solicitar maiores esclarecimentos sobre a composição dos preços propostos, realizando diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigindo a comprovação pelos licitantes.

6.9. Não serão aceitos objetos com especificações que não se enquadrem nas indicadas no Anexo I - Termo de Referência deste edital.

6.10. A licitante deverá declarar, em campo próprio da plataforma eletrônica, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

6.11. As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem usufruir dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123, de 2006, deverão declarar em campo próprio da plataforma eletrônica. Caso a empresa NÃO assinalar, a mesma será tratada sem os benefícios da Lei Complementar nº 123, de 2006 ou não poderá participar da licitação, caso seja exclusiva.

6.11.1 A declaração falsa relativa ao cumprimento do enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

6.12. O licitante que cadastrar sua proposta de preços terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e aceitação das regras de cumprimento de suas obrigações.

6.13. Fica vetada a identificação da empresa em qualquer campo da proposta, o descumprimento do mesmo acarretará na desclassificação prévia da empresa licitante, exceto quando esta for fabricante do objeto e a identificação da marca se fizer necessária para fins de apuração do atendimento as características do item ora licitado.

6.14. (A) pregoeiro (a) poderá convocar a Comissão Técnica pertinente ao objeto ora licitado (caso houver) para auxiliar na tomada de decisões que se fizerem necessárias no decorrer do certame.

6.15. A apresentação de proposta implica na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, além do dever de cumpri-las.

6.16. O (A) pregoeiro (a) verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

6.17. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) contiverem vícios insanáveis;
- b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento máximo para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo Município de Guarujá do Sul;
- e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

6.18. O(A) pregoeiro (a) poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no item 6.16, alínea “d”.



6.19. O julgamento das propostas será feito pelo menor preço por item, de acordo com o especificado no Anexo I – Termo de Referência.

6.20. Somente as propostas classificadas pelo (a) pregoeiro (a) participarão da etapa de envio de lances.

7. DO ENVIO DE LANCES

7.1. Aberta a etapa competitiva, a licitante poderá encaminhar lances, exclusivamente por meio da plataforma eletrônica.

7.1.1. A licitante poderá oferecer lances sucessivos, considerando o **valor unitário do item**, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

7.2. A licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ela ofertado e registrada pela plataforma eletrônica.

7.3. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro na plataforma eletrônica.

7.4. Durante a sessão pública a licitante será informada em tempo real do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

7.5. A etapa de lances da Sessão Pública será no **modo de disputa ABERTO**, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e Instrução Normativa SEGES/ME Nº 73, de 2022, conforme segue:

7.5.1. A etapa de envio de lances durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração desta etapa.

7.5.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.5.3. Na hipótese de não haver novos lances, a etapa será encerrada automaticamente.

7.5.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) agente de contratação poderá admitir o reinício da disputa aberta. 7.5.5. Após o reinício previsto no item 7.5.4, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.5.6. Encerrada a etapa de que trata o item 7.5.5, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente.

7.5.7. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.5.8. Quando exauridos as hipóteses do item 7.5.7, o desempate dar-se-á através de sorteio online previamente agendado pelo chat do portal de compras públicas.

7.6. Durante o modo de disputa aberto, se algum licitante de forma equivocada, ofertar um lance com valor inexequível poderá solicitar o cancelamento deste, em campo próprio na plataforma eletrônica, sendo analisado pelo (a) pregoeiro (a) o seu deferimento.



7.7. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o (a) pregoeiro (a), no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.7.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) pregoeiro (a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.8. O licitante é inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firme e verdadeira sua proposta, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

7.9. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

8. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

8.1. Somente terão direito aos benefícios da Lei Complementar nº 123, de 2006 as empresas que a declararem no momento do envio de suas propostas pelo sistema.

9. DA FASE DE NEGOCIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o (a) pregoeiro (a) encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no Edital.

9.1.1. Fica facultado o(a) agente de contratação, a negociação com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pelo Município de Guarujá do Sul.

9.1.2. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.2. O licitante que receber solicitação de negociação deverá responder dentro do prazo estipulado na sessão pelo (a) pregoeiro (a), que será de 02 (duas) horas.

9.3. Finalizado o prazo de negociação, o (a) agente de contratação examinará a aceitabilidade da proposta.

9.4. Na hipótese da proposta vencedora não for aceitável, o(a) agente de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todos os requisitos deste edital.

9.5. O(A) agente de contratação poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de classificação.

9.6.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento supracitado, a sessão pública será reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.



9.7. A plataforma eletrônica (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>) disponibilizará as Atas e Relatórios que poderão ser visualizados e impressos pelos interessados.

9.8. A FASE DE NEGOCIAÇÃO E A APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO PODER OCORRER SIMULTANEAMENTE, DURANTE AS PRIMEIRAS 2 (DUAS) HORAS DA NEGOCIAÇÃO.

10. DA COMPROVAÇÃO DE ME/EPP E DA HABILITAÇÃO

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o (a) pregoeiro (a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos no Portal de Compras Públicas, bem como a Certidão Negativa Correccional (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM) no site <https://certidoes.cgu.gov.br/>

10.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público.

10.1.2. Constatada a existência de sanção, o (a) pregoeiro (a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.2. A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar declaração ou Certidão Simplificada que comprove a qualidade de Micro Empresa, Empresa de Pequeno Porte, para que possa ter o benefício do tratamento diferenciado e favorecido na presente licitação, na forma do disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014.

10.2.1. A declaração deverá ser assinada pelo representante da empresa e ter identificação claramente se a empresa se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

10.2.2. A Certidão Simplificada deverá ter validade de (90) noventa dias.

10.3. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor.

A. A APRESENTAÇÃO VIA PLATAFORMA ELETRONICA DOS DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO PODERA ACONTECER APOS A DEFINIÇÃO DOS VALORES FINAIS, DURANTE A FASE DE NEGOCIAÇÃO QUE SERA DE 2 (DUAS) HORAS.

B. CASO A EMPRESA NÃO APRESENTAR A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO NO PRAZO ACIMA MENCIONADO SERA REABERTO O PRAZO DE MAIS 02 (DUAS) HORAS PARA APRESENTAÇÃO DA HABILITAÇÃO. SE A EMPRESA NÃO O FIZER NESTE PRAZO SERA DESCLASSIFICADA E CONVOCADA A SEGUNDA COLOCADA PARA QUE APRESENTE A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO NO PRAZO, OU SEJA 02 (DUAS) HORAS E ASSIM SUCESSIVAMENTE.

C. EM CASO DE INABILITAÇÃO, SERÁ CONVOCADA A EMPRESA SUBSEQUENTE COM O MESMO PRAZO, OU SEJA, 02 (DUAS) HORAS PARA APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E ASSIM SUCESSIVAMENTE.



10.4. Deverão ser apresentados os seguintes documentos:

1. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

1.1. Da Habilitação Jurídica:

a. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, que comprovem que o ramo de atividade da empresa é compatível com o objeto da Licitação.

1.2. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

a. Comprovante de Inscrição e de situação cadastral da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b. Prova de regularidade fiscal com a Fazenda **Federal** e com a Dívida Ativa da União, mediante apresentação da Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) Conjunta de Débitos relativos à Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social), expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

c. Prova de regularidade fiscal com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais, expedida pelo órgão competente;

d. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais, expedida pelo órgão competente;

e. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei;

f. Prova de inexistência de débitos trabalhistas, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pela Justiça do Trabalho, conforme Lei Federal nº 12.444/2011, disponível no site: www.tst.jus.br/certidao.

1.3. Para o item 01 a empresa deverá apresentar declaração, indicando as marcas do produtos que se vencedor ira compor as Cestas Básica. A não apresentação dessa declaração implicara na desclassificação da proposta

10.5. Da apresentação dos documentos

10.5.1. Os documentos deverão ser encaminhados via plataforma eletrônica:

a. Devidamente assinados através de certificação digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), nos casos de declarações;

b. Será admitida a apresentação de cópia simples de documentos, podendo a Administração Municipal diligenciar para aferir a veracidade dos documentos, sendo passível de declaração de inidoneidade a sua falsidade

c. Os documentos que não tiverem prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor somente serão válidos desde que tenham sido expedidos, no máximo, dentro dos 90 (noventa) dias anteriores à data de abertura desta licitação.

d. As licitantes que, por sua natureza ou por força de lei, estiverem dispensadas da apresentação de determinados documentos de habilitação, deverão apresentar declaração identificando a situação e citando os dispositivos legais pertinentes.

e. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no Edital e seus Anexos.

f. Toda a documentação deverá ser apresentada em nome da empresa licitante, ou seja, se matriz, documentos da matriz, se filial, documentos da filial, salvo aqueles que



somente são emitidos em nome da matriz.

g. A administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação.

h. As empresas proponentes devem se atentar no momento do cadastro da documentação para inserir somente os documentos solicitados no edital.

10.6. Após transcorrido o prazo de que trata o item 10.3., sem que o licitante vencedor tenha juntado a documentação de habilitação exigida, o mesmo será considerado inabilitado.

10.7. Na hipótese de a proponente vencedora não atender às exigências para habilitação, serão solicitados e analisados os documentos da proponente subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma vencedora que atenda a todos os requisitos deste edital.

10.7.1. O prazo será sempre o mesmo mencionado no item 10.3. ou seja, prazo máximo de até 02 (duas) horas contadas da solicitação do(a) pregoeiro (a).

10.8. O(a) pregoeiro (a) poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.9. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, a sessão pública será reiniciada mediante aviso prévio no sistema e a ocorrência será registrada em ata.

10.10. Para a habilitação (regularidade fiscal e/ou trabalhista), as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar, mesmo se contiver alguma restrição, toda a documentação exigida no edital, que será devidamente conferida pelo(a) pregoeiro(a) e Equipe de Apoio. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do momento em que a proponente ME/EPP for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.11.1. A não regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará na decadência do direito da microempresa ou empresa de pequeno porte à contratação, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis por descumprimento de obrigações contratuais previstas neste edital e na legislação vigente aplicável à matéria (advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração), facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

11. APRESENTAÇÃO PROPOSTA READEQUADA

11.1. A empresa deverá seguir as instruções da plataforma eletrônica para encaminhamento da proposta readequada.

11.2. A proposta readequada deverá ser encaminhada somente quando for solicitada pela pregoeira e as empresas terão o prazo de 02 (duas) horas, para apresentá-la.

11.2.1. Proposta readequada antes da solicitação da pregoeira será desconsideração.

11.3. CASO A EMPRESA NÃO APRESENTAR A PROPOSTA READEQUADA OU



APRESENTAR COM VALOR DIVERGENTE, NO PRAZO ACIMA MENCIONADO, SERA CONSIDERADO COMO PROPOSTA READEQUADA O DOCUMENTO DO SISTEMA DENOMINADO “VENCEDORES DO PROCESSO”.

12. DO CADASTRO DE RESERVA DE FORNECEDORES e ESTIMATIVA DE CONSUMO

12.1. O Cadastro de Reserva de Fornecedores será formado por todos os licitantes classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva, excetuados os classificados em primeiro lugar com os quais serão registrados ata de registro de preços.

12.2. Caso durante a vigência do Registro de Preço, for necessário a assinatura de Ata de Registro de Preço do Segundo ou demais colocados, e este não tenha sido feito sua habilitação, no momento do certame, o mesmo será convocado para sua habilitação, nos mesmos moldes do edital.

12.3. Os quantitativos estimados para consumo são formados pela demanda apresentada pelo Departamento de Esportes. Esses quantitativos não vinculam qualquer obrigação e não geram qualquer Direito ao Fornecedor.

13. DOS RECURSOS

13.1. Após julgamento da Proposta, qualquer licitante, motivadamente, poderá manifestar a intenção de recorrer ao direito de recurso da proposta, em um prazo de até 10 (dez) minutos. A prazo de recurso da proposta será concedidos no final da sessão pública.

13.2. Após a ato de habilitação ou inabilitação, qualquer licitante, motivadamente, poderá manifestar a intenção de recorrer ao direito de recurso da habilitação/inabilitação, em um prazo de até 10 (dez) minutos,

13.3. Após o término da fase de habilitação caso tenha sido manifestada a intenção de recurso da proposta ou da habilitação ou inabilitação será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis contado da data de intimação ou de lavratura da ata para a apresentação das razões do recursos, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar as contrarrazões, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata do processo. A falta de manifestação, na sessão, importará decadência do direito de recurso.

13.3. O recurso e as contrarrazões de recurso deverão ser dirigidos ao(a) pregoeiro(a), exclusivamente por meio eletrônico, através do Portal de Compras Públicas.

13.3. Não serão aceitos recursos encaminhados via e-mail.

13.5. O recurso contra a decisão do(a) pregoeiro(a) terá efeito suspensivo apenas para o item sob recurso.

13.6. Se não reconsiderar sua decisão, o(a) pregoeiro(a) submeterá o recurso devidamente informado à consideração da autoridade superior, a qual proferirá no prazo de 03 (três) dias úteis, decisão definitiva antes da homologação do procedimento.

13.7. O acolhimento do recurso pela autoridade superior importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.8. Decidido(s) o(s) recurso(s) e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto à licitante vencedora.

13.9. A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento às



interessadas, através de publicação no Portal de Compras Públicas e Site do Município.

13.10. Os autos permanecerão com vista franqueada aos interessados no Departamento de Compras, Licitações e Contratos do Município.

13.11. Não serão considerados os recursos interpostos após os respectivos prazos legais e aqueles encaminhados por meios que não o Portal de Compras Públicas.

13.12. Decairá do direito de impugnar, perante a Administração, os termos desta licitação, a licitante que, aceitando-os sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

13.13. O acompanhamento dos resultados, recursos e atos pertinentes a este Edital poderão ser consultados no Portal de Compras Públicas, que será atualizado automaticamente a cada nova etapa do certame.

13.14. O acolhimento do recurso pela autoridade superior importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.14.1. Decidido(s) o(s) recurso(s) e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório

14. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Após a declaração do vencedor da licitação, na ausência de recurso, caberá ao(a) pregoeiro(a) adjudicar o objeto licitado e encaminhar o processo licitatório à autoridade competente para homologação.

14.2. Homologado o resultado da licitação e respeitada a ordem de classificação, será formalizada a contratação, nos termos da Ata de Registro de Preços que faz parte integrante do presente Edital.

14.3. O Município convocará a licitante vencedora para, no prazo de 05 (cinco) dias, assinar a Ata de Registro de Preços podendo este prazo ser prorrogado, a critério da Administração, por igual período e por uma vez, desde que ocorra motivo justificado.

14.4. Caso a licitante vencedora, injustificadamente, recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das sanções previstas, poderá ser convocada outra licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assiná-la, sem prejuízo das multas previstas neste edital e demais cominações legais.

14.5. Firmada a Ata de Registro de Preços entre a licitante vencedora e o Município de Guarujá do Sul, seus signatários passarão a denominar-se CONTRATANTE e CONTRATADA, respectivamente.

14.6. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

15.1. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS OU ENTREGA DOS BENS

15.1 As especificações relativas à prestação do serviço e/ou entrega dos bens estão descritas no Anexo I – Termo de Referência.



16. DAS ORDENS DE COMPRA E DA FORMA DE PAGAMENTO

16.1. O compromisso de fornecimento estará caracterizado após o recebimento da Ordem de Compra, que será emitido de acordo com o valor constante na ata de registro de preços ou em seus Aditivos.

16.2. Na Ordem de Compra constará, obrigatoriamente, o número do Processo Administrativo que deu origem ao Registro de Preços, o tipo e a quantidade do material solicitado, valor, local e prazo de entrega.

16.3. O pagamento devido ao contratado será efetuado conforme determinado no Anexo I – Termo de Referência, deste edital.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

17.1. O Município de Guarujá do Sul poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

17.2. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e/ou documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

17.3. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente edital.

17.4. O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, na plataforma eletrônica do Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br) e no sítio eletrônico oficial (<https://guarujadosul.atende.net/cidadao>).

17.5. Detalhes não citados referentes ao fornecimento do objeto, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

17.6. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, as partes elegem o Foro da Comarca de São José do Cedro - SC, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

17.7. As omissões do presente edital serão preenchidas pelos termos da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, Decreto Municipal nº. 223/2023, Decreto Municipal nº. 151/2023, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores e Decreto Municipal nº. 149/2023.

18. DOS ANEXOS

18.1. Fazem parte do presente Edital:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Minuta da Ata de Registro de Preço.

Anexo III – Estudo Técnico Preliminar



Anexo I

Termo de Referencia

1.DEFINIÇÕES

1.1. OBJETO

REGISTRO DE PREÇO para Aquisição de cestas básicas e leite para atender as famílias em vulnerabilidade social do Município de Guarujá do Sul/SC.

1.2. ENQUADRAMENTO DE BENS DE CONSUMO

Conforme Decreto Municipal nº. 223/2023, Art. 103 e 104, as cestas básicas e o leite em questão tem sua definição com Bem de Consumo, possui elementos necessários para o atingimento da finalidade pública a ser satisfeita com a aquisição, bem como a continuidade das ações/atividades/demandas administrativas, sem características que permitam o seu enquadramento como bens de luxo

1.3. OS QUANTITATIVOS

Os quantitativos estão definidos no item 11.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO,

2.1. A Fundamentação encontra-se no Estudo Técnico Preliminar, conforme Anexo III do edital.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. As informações sobre a descrição da solução estão no Anexo III - Estudo Técnico Preliminar

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. As MEs/EPPs terão tratamento diferenciado previsto na Lei complementar nº 123/2006 alterada pela Lei complementar nº 147/2014 e demais alterações, sendo:

- Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

4.1.2. Pelos itens serem abaixo de R\$ 80.000,00 esta licitação sera exclusiva a participação de ME/EPP.

4.2. Terão também o benefício de apresentar habilitação (regularidade fiscal e/ou trabalhista), com restrição o qua será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do momento em que a proponente ME/EPP for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

4.3. A forma de julgamento sera menor preço por item.

4.4. Não será permitido a subcontratação.

5. EXECUÇÃO/ENTREGA

5.1. Para o item 01 – Cesta Básicas:

a. As cestas básicas deverão ser entregues diretamente ao beneficiado, mediante autorização da Assistente Social responsável do Fundo Municipal de Assistência Social.



b. A entrega deverá ser feita na sede do município, diretamente ao beneficiado mediante a apresentação da autorização mencionada no item anterior. A autorização para entrega e entrega será feita diariamente, de segunda a sexta feira em horário de atendimento da Secretaria Municipal de Assistência Social.

c. Na autorização deverá constar o nome do beneficiado, data, assinatura do responsável, carimbo, relação dos itens com quantidade e marca, entre outras informações necessárias (modelo próprio do Fundo Municipal de Assistência Social).

d. As cestas básicas, deverão ser entregues devidamente embaladas, em embalagem plástica resistente, com a quantidade de produtos por cesta conforme Anexo I e marcas dos produtos conforme declaração item 10.4. / 1.3. do edital.

e. Deveram ser separados em embalagem diferentes os gêneros alimentícios dos produtos de limpeza e higienização.

f. A data de validade dos gêneros alimentícios não deverá ser menor de 6 (seis) meses, salvo quando esta validade for menor.

g. A empresa vencedora da presente licitação deverá fornecer as cestas básicas, conforme especificação nas Relações do Itens, bem como deverá cumprir a forma de fornecimento, e estar ciente que o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, poderá fazer diligências para verificação das cestas básicas fornecidas, respondendo este civil e criminalmente pela entrega das cestas básicas.

5.2. Para o item 02 – leite

a. As caixas de leite integral, serão fornecidos de acordo com a necessidade, sendo que a entrega deverá ser 05 dias após recebimento da Ordem de Compra pela empresa.

b. A entrega será diretamente na Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme constante na Ordem de Compra.

b.1. O endereço estará identificado na Ordem de Compra, e no horário das 07:30 as 11:00 e das 13:00 as 16:30 de segunda a sexta feira.

b.2. Não será aceito/recebido materiais fora do horário e dia acima mencionados.

b.3. Em caso de contratação de transportadora para entrega a mesma deve estar ciente desse horário.

c. O leite integral deverá ter prazo máximo de fabricação de até 15 dias da data de entrega, sob pena de devolução do mesmo, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

d. O Secretaria Municipal de Assistência Social, fica desobrigado de pagar pelas caixas de leite integral fornecido sem a observância das condições estabelecidas.

e. No ato da solicitação a empresa será informada da quantidade de leite integral e leite 0 lactose e entregar;

6. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será em ate 5 (cinco) dias após o aceite pela responsável do município, mediante apresentação da respectiva nota fiscal.

6.2. A apresentação da nota fiscal eletrônica deve-se em observância ao protocolo de retenção de impostos.

6.3. Caso as datas estipuladas nesta Cláusula, ocorram em dia sem expediente na



Prefeitura o pagamento poderá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

6.4. Em cumprimento às normas e procedimentos previstos na IN 1234/12, expedida pela Secretaria da Receita Federal, o Município de Guarujá do Sul efetuará retenção de Imposto de Renda sobre os pagamentos que efetuar a pessoas jurídicas em razão do fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, observados os procedimentos pertinente, na forma estabelecida no Decreto Municipal nº 141/2023 de 13 de julho de 2023, que adotou a IN RFB nº 1.234/2012 e suas alterações posteriores, para fins de IRRF.

6.4.1. Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve informar essa condição no documento fiscal conforme prevê o art. 2º, § 5 da Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, Não havendo o destaque se sujeitarão à retenção do Imposto de Renda sobre o valor total da nota fiscal conforme art. 2º, § 5º da IN SRF 1.234/12.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1. Os critérios de seleção do fornecedor serão de menor preço por item.

7.2. A pregoeira, Equipe de Apoio, farão a análise das propostas, desclassificando os itens das empresas que não atendem as exigências conforme especificação dos itens.

7.3. Após a etapa de lances será realizado a análise da documentação da habilitação conforme relação disposta no item 10.3.

7.4. As empresas participantes deverão se ater a todas as exigências do edital.

7.5. Condução do Processo Administrativo de Licitação será conforme membros designados pelo Decreto nº. 119/2024.

8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO,

8.1. Ressalta-se que preço de referência foi composto conforme documentação de Formalização da Pesquisa de Preço, Decreto nº. 207/2022, o qual ficara anexo ao Processo Administrativo

8.2. A presente licitação tem seu valor total em R\$ 60.208,00 (Sessenta mil, duzentos e oito reais)

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. Por ser tratar de registro de preço, a dotações orçamentarias serão definidas no momento da geração da Ordem de Compra.

10. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

10.1. A Gestão e Fiscalização será conforme disposto no Decreto Municipal nº. 149/2023, em especial o Artigo 10.

10.2. Os responsáveis pela Gestão e Fiscalização das Atas de Registro de Preço, geradas para este processo, serão:

FISCAL:

Evelyn L. Kuhn - Secretária Municipal de Assistência Social

Franciele Schneider - Agente Administrativo

GESTORA:

Guilherme Stefanello - Agente Administrativo

10.3. Estes ficarão responsáveis pelas informações técnicas necessárias para fiel cumprimento do objeto desta contratação e fiscalização.

10.4.. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa detentora da Ata de Registro de Preço, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

10.5. Em caso de substituições, quem vir a substituí-los passam automaticamente a serem fiscais e gestor.



11. RELAÇÃO DO ITENS

Item 01 – Cesta Básicas

Item	Cód.	Qtde.	Unid.	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	113271	100	UND		R\$564,60	R\$56.460,00

Itens que compõem a cestas básicas:

QUANT	DESCRIÇÃO
1	ACHOCOLATADO EM PÓ COM ACTIGEN-E, FONTE DE VITAMINAS, CÁLCIO E FERRO EMBALAGEM ECONÔMICA 730G. VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES DA DATA DA ENTREGA, DEMAIS CONDIÇÕES DE ACORDO COM AS NORMAS DE SAÚDE/SANITÁRIAS VIGENTES (ANVISA).
1	AÇÚCAR CRISTAL, BRANCO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DE FÁBRICA COM 5KG, ASPECTO GRANULOSO FINO A MÉDIO. VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES DA DATA DA ENTREGA, DEMAIS CONDIÇÕES DE ACORDO COM AS NORMAS DE SAÚDE/SANITÁRIAS VIGENTES (ANVISA).
1	AMIDO DE MILHO, PRODUZIDO A PARTIR DE MATÉRIAS-PRIMAS LIMPAS E SÃS, ISENTO DE PARASITAS, FUNGOS, MATÉRIA TERROSA, E LIVRE DE UMIDADE, FERMENTAÇÃO, OU RANÇO EMBALAGEM ORIGINAL DE FÁBRICA DE 1 KG COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DOS INGREDIENTES, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, MARCA DO FABRICANTE E INFORMAÇÕES DO MESMO, PRAZO DE VALIDADE, PESO LÍQUIDO E ROTULAGEM DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO. O AMIDO DE MILHO DEVE TER UM ASPECTO, CHEIRO, E SABOR PRÓPRIOS, E UMA UMIDADE MÁXIMA DE 14% POR PESO. NÃO DEVE APRESENTAR RESÍDUOS, IMPUREZAS, CHEIRO NÃO CARACTERÍSTICO, OU BOLOR. VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES DA DATA DA ENTREGA, DEMAIS CONDIÇÕES DE ACORDO COM AS NORMAS DE SAÚDE/SANITÁRIAS VIGENTES (ANVISA).
1	ARROZ PARBOLIZADO, TIPO 1, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DE FÁBRICA COM 5 KG VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES DA DATA DA ENTREGA, DEMAIS CONDIÇÕES DE ACORDO COM AS NORMAS DE SAÚDE/SANITÁRIAS VIGENTES (ANVISA).
3	BISCOITO CREAM CRACKER, PRODUZIDO COM FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, GORDURA VEGETAL, AMIDO OU CREME DE MILHO, SAL, CARBONATO DE CÁLCIO, EXTRATO DE MALTE, FERMENTOS QUÍMICOS: BICARBONATO DE AMÔNIO E BICARBONATO DE SÓDIO, ESTABILIZANTE: LECITINA DE SOJA. DEVERÁ SER FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS E LIMPAS, SER ISENTO DE MATÉRIAS TERROSAS, PARASITOS E ESTAR EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. ACONDICIONADO EM PCT 02 EMBALAGEM ORIGINAL DE FÁBRICA COM 400G. VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES DA DATA DA ENTREGA, DEMAIS CONDIÇÕES DE ACORDO COM AS NORMAS DE SAÚDE/SANITÁRIAS VIGENTES (ANVISA).
3	BISCOITO, DOCE, TIPO MAIZENA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, VITAMINADO, ACONDICIONADO EM PCT 02 EMBALAGEM ORIGINAL DE FÁBRICA COM 400G. VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES DA DATA DA ENTREGA, DEMAIS CONDIÇÕES DE ACORDO COM AS NORMAS DE SAÚDE/SANITÁRIAS VIGENTES (ANVISA).
1	CAFÉ SOLÚVEL INSTANTÂNEO GRANULADO, EXTRA FORTE, SEM GLÚTEN. VIDRO DE 200 GR VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES DA DATA DA ENTREGA, DEMAIS CONDIÇÕES DE ACORDO COM AS NORMAS DE SAÚDE/SANITÁRIAS VIGENTES (ANVISA).
2	CAIXA COM 12 UNIDADES DE 1 LITRO DE LEITE INTEGRAL OU ZERO LACTOSE. VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES DA DATA DA ENTREGA, DEMAIS CONDIÇÕES DE ACORDO COM AS NORMAS DE SAÚDE/SANITÁRIAS VIGENTES (ANVISA).

1	DOCE DE FRUTAS (UVA, MORANGO, ABACAXI E ABÓBORA COM COCO). EMBALAGEM EM POTE PLÁSTICO DE 400 GRAMAS COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DOS INGREDIENTES, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, MARCA DO FABRICANTE E INFORMAÇÕES DO MESMO, PRAZO DE VALIDADE, PESO LÍQUIDO E ROTULAGEM DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO. VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES DA DATA DA ENTREGA.
2	EXTRATO DE TOMATE PRODUTO RESULTANTE DA CONCENTRAÇÃO DA POLPA DO TOMATE POR PROCESSO TECNOLÓGICO, PREPARADO COM FRUTOS MADUROS, SELECIONADOS, SEM PELE, SEM SEMENTES E CORANTES ARTIFICIAIS, ISENTO DE SUJIDADES E FERMENTAÇÃO. EMBALAGEM ORIGINAL DE FÁBRICA SACHE 300GRAMAS SENDO QUE ESTA NÃO DEVE ESTAR VIOLADA, COM CORTES APRESENTAR A IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DOS INGREDIENTES, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, MARCA DO FABRICANTE E INFORMAÇÕES DO MESMO, PRAZO DE VALIDADE, PESO LÍQUIDO E ROTULAGEM DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO
1	FARINHA DE MILHO FINA PACOTE DE 1 KG SUBMETIDO A PROCESSOS DE MACERAÇÃO, SECAGEM, MOAGEM, PENEIRAÇÃO E LAMINAÇÃO ADEQUADOS E ISENTOS DE SUJIDADES. VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES DA DATA DA ENTREGA, DEMAIS CONDIÇÕES DE ACORDO COM AS NORMAS DE SAÚDE/SANITÁRIAS VIGENTES (ANVISA).
2	FARINHA DE TRIGO, DE 1ª QUALIDADE, TRADICIONAL 0000 TIPO 1, ENRIQUECIDA COM ÁCIDO FÓLICO E FERRO, ESPECIAL PARA PREPARO DE MASSAS E PÃES PACOTE DE 05 KG (BRANCA) ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DE FÁBRICA. VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES DA DATA DA ENTREGA, DEMAIS CONDIÇÕES DE ACORDO COM AS NORMAS DE SAÚDE/SANITÁRIAS VIGENTES (ANVISA)
5	FEIJÃO PRETO TIPO 1 ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DE FÁBRICA COM 1KG, GRÃOS INTEIROS, ASPECTO BRILHOSO, LISO. VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES DA DATA DA ENTREGA, DEMAIS CONDIÇÕES DE ACORDO COM AS NORMAS DE SAÚDE/SANITÁRIAS VIGENTES (ANVISA).
1	FERMENTO BIOLÓGICO INSTANTÂNEO EMBALAGEM COM 125 GR, PRÓPRIO PARA FABRICAÇÃO DE MASSAS ALIMENTÍCIAS. INGREDIENTES: SACCHAROMYCES CEREVISAE E MONOESTEARATO DE SORBITANA. DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. NO RÓTULO DA EMBALAGEM DEVERÃO ESTAR IMPRESSOS DE FORMA CLARA E INDELÉVEL AS SEGUINTE INFORMAÇÕES: IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, INCLUSIVE A MARCA; NOME E ENDEREÇO DO FABRICANTE; DATA DE FABRICAÇÃO; DATA DE VALIDADE OU PRAZO MÁXIMO PARA CONSUMO; COMPONENTES DO PRODUTO; PESO LÍQUIDO; INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS; NÚMERO DO LOTE VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES DA DATA DA ENTREGA, DEMAIS CONDIÇÕES DE ACORDO COM AS NORMAS DE SAÚDE/SANITÁRIAS VIGENTES (ANVISA).
1	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO EMBALAGEM 100GR. FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÁS E LIMPAS, ISENTA DE MATÉRIA TERROSA E PARASITAS. NÃO PODENDO ESTAR ÚMIDOS, FERMENTADOS OU RANÇOSOS. INGREDIENTES: AMIDO DE MILHO OU FÉCULA DE MANDIOCA, FOSFATO MONOCÁLCICO, BICARBONATO DE SÓDIO E CARBONATO DE CÁLCIO. ROTULAGEM: DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. NO RÓTULO DA EMBALAGEM DEVERÃO ESTAR IMPRESSOS DE FORMA CLARA E INDELÉVEL AS SEGUINTE INFORMAÇÕES: IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, INCLUSIVE A MARCA; NOME E ENDEREÇO DO FABRICANTE; DATA DE FABRICAÇÃO; DATA DE VALIDADE OU PRAZO MÁXIMO PARA CONSUMO; COMPONENTES DO PRODUTO; PESO LÍQUIDO; INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS; NÚMERO DO LOTE VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES DA DATA DA ENTREGA, DEMAIS CONDIÇÕES DE ACORDO COM AS NORMAS DE SAÚDE/SANITÁRIAS VIGENTES (ANVISA).
6	GELATINA EMBALAGEM COM 30G SABORES DIVERSOS COLORIDO ARTIFICIALMENTE. INGREDIENTES: AÇÚCAR, GELATINA, SAL, ACIDULANTE ÁCIDO CÍTRICO, REGULADOR DE ACIDEZ, CITRATO DE SÓDIO, AROMATIZANTE E CORANTES ARTIFICIAIS ESPECÍFICOS PARA CADA SABOR DESCRITO ABAIXO. FORMULADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SELECIONADAS, SENDO DE PRIMEIRA QUALIDADE, OU SEJA, NÃO DEVERÁ CONTER SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS À SUA CONSTITUIÇÃO NORMAL, OU SEJA, ISENTO DE MATÉRIAS TERROSAS E PARASITAS, NÃO PODENDO ESTAR ÚMIDA, FERMENTADA OU RANÇOSA, DEVENDO OBEDECER À LEGISLAÇÃO VIGENTE. O PRODUTO DEVERÁ SER ROTULADO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO



	VIGENTE. NO RÓTULO DA EMBALAGEM DEVERÃO ESTAR IMPRESSOS DE FORMA CLARA E INDELÉVEL AS SEGUINTE INFORMações: IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, INCLUSIVE A MARCA; NOME E ENDEREÇO DO FABRICANTE; DATA DE FABRICAÇÃO; DATA DE VALIDADE OU PRAZO MÁXIMO PARA CONSUMO; COMPONENTES DO PRODUTO; PESO LÍQUIDO; INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS; NÚMERO DE REGISTRO DO PRODUTO NO ÓRGÃO COMPETENTE; NÚMERO DO LOTE. O PRODUTO DEVERÁ TER VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO.
4	MACARRÃO, TIPO SPAGHETTI, MASSA COM OVOS, DE 1ª QUALIDADE, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DE FÁBRICA COM 500GR. VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES DA DATA DA ENTREGA, DEMAIS CONDIÇÕES DE ACORDO COM AS NORMAS DE SAÚDE/SANITÁRIAS VIGENTES (ANVISA).
5	ÓLEO DE SOJA 900 ML TRADICIONAL FILTRADO 5 VEZES, FONTE DE ÔMEGA 3 E VITAMINA E, SEM COLESTEROL E ZERO GORDURA TRANS ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DE FÁBRICA COM APROXIMADAMENTE 900ML VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES DA DATA DA ENTREGA, DEMAIS CONDIÇÕES DE ACORDO COM AS NORMAS DE SAÚDE/SANITÁRIAS VIGENTES (ANVISA).
1	SAL, REFINADO, IODADO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA ORIGINAL DE FÁBRICA COM 1KG. VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES DA DATA DA ENTREGA, DEMAIS CONDIÇÕES DE ACORDO COM AS NORMAS DE SAÚDE/SANITÁRIAS VIGENTES (ANVISA).
2	CREME DENTAL, EMBALAGEM COM 140 GR; USO ADULTO, COMPOSTO DE FLÚOR LAURIL, SULFATO DE SÓDIO, SACARINA SÓDICA, ÁGUA, SORBITOL, COMPOSIÇÃO AROMÁTICA, POLIETILENOGLICOL, CARBOXIMETILCELULOSE, METILPARABENO, CARBONATONATO DE CÁLCIO, PIROFOSFATO, TERASSODICO, PROPILPARABENO, MONOFLUORFOSFATO SÓDICO, SILICATO DE SÓDIO, EMBALADO EM CAIXA PAPEL CARTÃO PLASTIFICADO, VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO, DEMAIS CONDIÇÕES DE ACORDO COM AS NORMAS DE SAÚDE SANITÁRIAS VIGENTES (ANVISA).
1	LAVA LOUÇAS (DETERGENTE LÍQUIDO) 500 ML, C/ GLICERINA, RENDE MAIS, FÓRMULA BIODEGRADÁVEL, AROMAS DIVERSOS.
2	PAPEL HIGIÊNICO BRANCO, PICOTADO NEUTRO, EMBALAGEM COM 12 UNIDADES; PAPEL HIGIÊNICO BRANCO COM FOLHA SIMPLES DE ALTA QUALIDADE, 100% DE FIBRAS NATURAIS, NEUTRO CADA ROLO MEDINDO 30 MX10 CM.
1	SABÃO EM BARRA, EMBALAGEM COM 05 UNIDADES, TRANSPARENTE GLICERINADO; PRODUTO ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO COM VALIDADE DE 05 MESES DA ENTREGA DO PRODUTO, DEMAIS CONDIÇÕES DE ACORDO COM AS NORMAS DE SAÚDE SANITÁRIAS VIGENTES (ANVISA).
1	SABÃO EM PÓ (LAVA ROUPAS)1 KG, TECNOLOGIA MULTI TECIDOS, LAVA ROUPAS BRANCAS E COLORIDAS. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA
6	SABONETE, EMBALAGEM COM 90 GR; TABLETE EMBALADO EM PAPEL DE BOA QUALIDADE PARA HIGIENE CORPORAL, PESO 90 GR, VALIDADE DE 05 MESES DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO, DEMAIS CONDIÇÕES DE ACORDO COM AS NORMAS DE SAÚDE SANITÁRIAS VIGENTES (ANVISA).

2	CAIXA COM 12 UNIDADES DE 1 LITRO DE LEITE INTEGRAL OU ZERO LACTOSE. VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES DA DATA DA ENTREGA, DEMAIS CONDIÇÕES DE ACORDO COM AS NORMAS DE SAÚDE/SANITÁRIAS VIGENTES (ANVISA).	50	UNIDADE	R\$74,96	R\$ 3.748,00
---	---	----	---------	----------	--------------



12. DOS DEVERES E RESPONSABILIDADE DA EMPRESA

12.1. A empresa deve cumprir todas as obrigações constantes neste termo e firmadas na sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos, de acordo com o termo de referência e edital;
- b. Comunicar ao município no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega dos equipamentos, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- c. Indicar preposto para representá-la durante a entrega, quando for o caso.
- d. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte da Administração, prestando todos os esclarecimentos solicitados.

12.2. A empresa assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos equipamentos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.

12.3. 12.3. CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso VI do artigo 68 da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2024.

12.4. A empresa obriga-se a cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

13. DOS DEVERES E RESPONSABILIDADE DO MUNICIPIO

13.1. São obrigações do município:

- a. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- b. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos objetos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c. Comunicar à empresa, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da empresa, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e. Efetuar o pagamento à empresa no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- f. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela empresa de acordo com os termos de sua proposta;
- g. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo empresa
- h. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela empresa com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da empresa, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. O licitante ou o contratado, será responsabilizado administrativamente, nos termos da lei, pelas seguintes infrações:

- a. Dar causa à inexecução parcial ou total do contrato/ata de registro de preço;
- b. Deixar de entregar a documentação exigida;
- c. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- d. Não celebrar o contrato/ ata de registro de preço;
- e. Não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



- f. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato/ata;
- h. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato/ata;
- i. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. A Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a contratada as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a. Advertência;
- b. Multa;
- c. Impedimento de licitar e contratar e
- d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.3. A sanção será aplicada mediante a natureza, a gravidade e a reprovabilidade da infração cometida, assim, a Administração considerará:

- a. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b. As peculiaridades do caso concreto;
- c. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

14.5. A multa não será inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

14.6. É cabível a aplicação de multa cumulativamente com todas as outras sanções dispostas nos incisos do artigo 156 da Lei 14.133/21.

impedimento de licitar e contratar será aplicado ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.7. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do art. 156, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

14.8. As sanções de impedimento de licitar e contratar e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá



apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

14.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

14.11. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

a. interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput do art. 158 da Lei 14.133/21;

b. suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

c. suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

14.12. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15. DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

15.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021 e conforme Decreto Municipal nº. 151/2023 Regulamenta o Sistema de Registro de Preços.

15.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de elevação do custo do objeto ora registrado nas situações previstas na alínea “d”, Inciso II do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, desde que, devidamente comprovados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.

a. Nos casos de elevação ou redução dos preços inicialmente pactuados, a solicitação deverá ser encaminhada via endereço eletrônico para comprasguarujadosul@gmail.com, com anexo dos documentos comprobatórios tais como: planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais ou outros documentos idôneos, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito.

a.1. A partir da solicitação encaminhada pela fornecedora, o órgão gerenciador convocará os demais classificados para assegurar igual oportunidade de negociação.

a.2. Quando constatado pelo órgão gerenciador que, o preço registrado encontra-se superior ao preço praticado no mercado, e que o fornecedor não aceite reduzi-lo, será liberado do compromisso assumido e convocado os demais fornecedores classificados para negociar a redução dos preços, conforme ordem classificatória do certame.

a.3. Realizada as negociações, o órgão gerenciador poderá:

1) Deferir a solicitação, fixando novo preço pactuado através documento denominado **“REVISÃO DE PREÇO”**, assinado pela autoridade competente;

2) Indeferir a solicitação, mantendo-se assim os preços inicialmente pactuados, contendo o devido embasamento para tal ato.

15.3. O cancelamento de eventual item da Ata de Registro de Preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o seu cumprimento, nas seguintes hipóteses:

1) por razão de interesse público, devidamente justificado;

2) a pedido do fornecedor, devidamente comprovado e justificado.

a. Para analisar o pedido de cancelamento de item/lote do registro nos termos do caput deste item, devidamente comprovado e justificado, o órgão gerenciador convocará via endereço eletrônico (E-mail) os demais fornecedores classificados no certame para a verificação da disponibilidade do objeto no mercado e dos preços praticados.

b. Nos casos em que, os fornecedores convocados informarem a indisponibilidade do objeto, será temporariamente suspenso o seu fornecimento, por período definido em decisão da autoridade competente, de acordo com o mérito de cada situação.

c. Nos casos em que, os fornecedores convocados informem a disponibilidade do fornecimento do objeto, será realizada pesquisa de preços praticados, conforme ordem classificatória do certame, transferindo-se o objeto ao fornecedor que ofertar a proposta



mais vantajosa.

d. Decaíra do direito de classificação da nova pesquisa de preços, prevista na letra c, deste item, o fornecedor que não responder a diligência no prazo de até 03 (três) dias úteis.

15.4. Em casos excepcionais, poderão ser aceitas substituição de marca do objeto registrado, desde que a marca ofertada possua qualidade igual ou superior a marca inicialmente registrada, sem prejuízos financeiros a Administração.

a. Para substituição de marca que contemplem todo o quantitativo do objeto, a fornecedora deverá enviar a solicitação ao órgão gerenciador, devidamente justificada, comprovando/declarando que a marca ofertada possui qualidade igual ou superior a marca inicialmente registrada, ficando a critério da autoridade competente a sua apreciação e decisão.

b. Para substituição de marca a determinada Ordem de Compra o pedido deverá ser encaminhado diretamente ao órgão solicitante, devidamente justificado, comprovando/declarando que a marca ofertada possui qualidade igual ou superior a marca registrada, ficando a critério deste a sua apreciação e decisão.

c. Eventuais pedidos de substituição de marca inicialmente registrada, relativos a objetos que possuem marcas pré qualificadas, somente serão apreciados pela autoridade competente, quando a solicitação de substituição da marca, for por outra também aprovada para o objeto, em procedimento de pré qualificação anterior a deflagração do processo licitatório que deu origem a ata de registro de preços.

d. O órgão gerenciador reserva-se o direito de realizar diligências para verificação da equivalência da qualidade da marca registrada com a marca que está sendo ofertada para a substituição.

e. O órgão gerenciador decidirá sobre a revisão dos preços, substituição de marca, suspensão ou pedido de cancelamento no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

f. Em caso de solicitação de substituição de marca, enquanto não houver a apreciação e o deferimento do órgão gerenciador, a fornecedora fica obrigada a executar o objeto licitado nas condições inicialmente estabelecidas na ata de registro de preços, com exceção dos termos previstos na letra b quando deferida pelo órgão solicitante.

g. A decisão do órgão gerenciador quanto as situações previstas no caput deste item terão vigência a contar da data de sua deliberação, sem efeitos retroativos, razão pela qual, eventuais Ordens de Compras, que forem emitidos anterior a decisão da autoridade competente deverão ser cumpridas nas condições estabelecidas em Ata de Registro de Preços, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

15.5. A ata de registro de preços do fornecedor poderá ser rescindida pelo órgão gerenciador quando:

a) descumprir as condições estabelecidas no edital de licitação e sua respectiva ata de registro de preços;

b) não dar cumprimento a execução do objeto, constantes na Ordem de Compra, no prazo estabelecido neste edital, sem justificativa aceitável por parte da fornecedora;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

d) sofrer sanção impeditiva prevista em lei.

e) A rescisão da ata registro de preços nas hipóteses previstas no item 15.5. e suas respectivas alíneas será formalizada por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

15.6. A solicitação do fornecedor para cancelamento de preço registrado não o eximirá da obrigação de entregar as quantidades solicitadas nas Ordens de Compras geradas anteriormente a data de pedido de cancelamento do registro, cujos saldos deverão ser entregues em sua totalidade para que ocorra a decisão pelo órgão gerenciador, o mesmo ocorrendo com relação ao pedido de revisão de preços, sendo praticados os preços registrados para os pedidos já constantes em anterior Ordem de Compra.



ANEXO II

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, município de GUARUJA DO SUL, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.427.286/0001-02, com sede administrativa localizada na RUA GOVERNADOR JORGE LACERDA, 484 , bairro CENTRO, CEP nº. 89940-000, nesta cidade de Guarujá do Sul/SC, representado pela sua Secretária Municipal, Sr. Evelyn L. Kuhn, doravante denominada ORGÃO GERENCIADOR, no uso de suas atribuições legais, considerando o julgamento do Sistema de Registro de Preço nº, Processo Administrativo, resolvem registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta Ata, sujeitando-se às normas constantes na Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e em conformidade com as disposições a seguir:

CLAUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste no, conforme segue:

2. CLAUSULA SEGUNDA DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, o fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

ITEM	QUANT	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

3.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade do preço, comparado ao preço praticado pelo mercado, o que será atestado mediante pesquisa de preços atualizada, na forma do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021 e conforme o Decreto Municipal n.º 207/2022.

4. CLAUSULA QUARTA - EXECUÇÃO/ENTREGA

4.1. Para o item 01 – Cesta Básicas:

a. As cestas básicas deverão ser entregues diretamente ao beneficiado, mediante autorização da Assistente Social responsável do Fundo Municipal de Assistência Social.

b. A entrega deverá ser feita na sede do município, diretamente ao beneficiado mediante a apresentação da autorização mencionada no item anterior. A autorização para entrega e entrega será feita diariamente, de segunda a sexta feira em horário de atendimento da Secretaria Municipal de Assistência Social.



c. Na autorização deverá constar o nome do beneficiado, data, assinatura do responsável, carimbo, relação dos itens com quantidade e marca, entre outras informações necessárias (modelo próprio do Fundo Municipal de Assistência Social).

d. As cestas básicas, deverão ser entregues devidamente embaladas, em embalagem plástica resistente, com a quantidade de produtos por cesta conforme Anexo I e marcas dos produtos conforme declaração (Letra G do Item 7.3.) do edital.

e. Deveram ser separados em embalagem diferentes os gêneros alimentícios dos produtos de limpeza e higienização.

f. A data de validade dos gêneros alimentícios não deverá ser menor de 6 (seis) meses, salvo quando esta validade for menor.

g. A empresa vencedora da presente licitação deverá fornecer as cestas básicas, conforme especificação nas Relações do Itens, bem como deverá cumprir a forma de fornecimento, e estar ciente que o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, poderá fazer diligências para verificação das cestas básicas fornecidas, respondendo este civil e criminalmente pela entrega das cestas básicas.

4.2. Para o item 02 – leite

a. As caixas de leite integral, serão fornecidos de acordo com a necessidade, sendo que a entrega deverá ser 05 dias após recebimento da Ordem de Compra pela empresa.

b. A entrega será diretamente na Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme constante na Ordem de Compra.

b.1. O endereço estará identificado na Ordem de Compra, e no horário das 07:30 as 11:00 e das 13:00 as 16:30 de segunda a sexta feira.

b.2. Não será aceito/recebido materiais fora do horário e dia acima mencionados.

b.3. Em caso de contratação de transportadora para entrega a mesma deve estar ciente desse horário.

c. O leite integral deverá ter prazo máximo de fabricação de até 15 dias da data de entrega, sob pena de devolução do mesmo, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

d. O Secretaria Municipal de Assistência Social, fica desobrigado de pagar pelas caixas de leite integral fornecido sem a observância das condições estabelecidas.

e. No ato da solicitação a empresa será informada da quantidade de leite integral e leite 0 lactose e entregar;

5. CLAUSULA QUINTA - CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento será em ate 5 (cinco) dias após o aceite pela responsável do município, mediante apresentação da respectiva nota fiscal.

5.2. A apresentação da nota fiscal eletrônica deve-se em observância ao protocolo de retenção de impostos.

5.3. Caso as datas estipuladas nesta Cláusula, ocorram em dia sem expediente na Prefeitura o pagamento poderá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

5.4. Em cumprimento às normas e procedimentos previstos na IN 1234/12, expedida pela Secretaria da Receita Federal, o Município de Guarujá do Sul efetuará retenção de Imposto de Renda sobre os pagamentos que efetuar a pessoas jurídicas em razão do fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, observados



os procedimentos pertinente, na forma estabelecida no Decreto Municipal nº 141/2023 de 13 de julho de 2023, que adotou a IN RFB nº 1.234/2012 e suas alterações posteriores, para fins de IRRF.

5.4.1. Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve informar essa condição no documento fiscal conforme prevê o art. 2º, § 5 da Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, Não havendo o destaque se sujeitarão à retenção do Imposto de Renda sobre o valor total da nota fiscal conforme art. 2º, § 5º da IN SRF 1.234/12.

CLAUSULA SEXTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

6.1. A Gestão e Fiscalização será conforme disposto no Decreto Municipal nº. 149/2023, em especial o Artigo 10.

6.2. Os responsáveis pelos Gestão e Fiscalização das Atas de Registro de Preço, geradas para este processo, serão:

FISCAL:

Evelyn L. Kuhn - Secretária Municipal de Assistência Social
Franciele Schneider - Agente Administrativo

GESTORA:

Guilherme Stefanello - Agente Administrativo

6.3. Estes ficarão responsáveis pelas informações técnicas necessárias para fiel cumprimento do objeto desta contratação e fiscalização.

6.4.. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa detentora da Ata de Registro de Preço, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

6.5. Em caso de substituições, quem vir a substituí-los passam automaticamente a serem fiscais e gestor

CLAUSULA SETIMA – CONDIÇÕES GERAIS

7.1. As condições gerais tais como fornecimento, local, prazo de entrega e pagamento as obrigações da Administração e do fornecedor, Gestor e Fiscal, penalidades e demais condições encontram-se definidos no Edital e seus anexos.

7.2. Fica eleito o foro da Comarca de São Jose do Cedro / SC, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E, por estarem as partes e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias de igual teor.

7.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 14.133-21 e Decreto Municipal nº. 151/2023 e demais normas aplicáveis.

Guarujá do Sul, 13 de novembro de 2024.

Evelyn L. Kuhn
Secretária Municipal FMAS.



ANEXO III

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

REQUISITANTE(S): Fundo Municipal de Assistência Social de Guarujá do Sul.

O presente estudo técnico preliminar consiste na primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução, visando fundamentar a elaboração do Termo de Referência, consoante previsto no art. 6º, inciso XX da Lei 14.133/2021.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO - art. 18, § 1º, inciso I, da Lei nº 14.133/202

O Fundo Municipal de Assistência Social considerando o contexto de vulnerabilidade das famílias e indivíduos do município que possuem direito a benefícios eventual, compreendendo também a importância desses usuários acessarem a diversas políticas públicas existentes, destaca que a política de assistência social deve garantir em sua integralidade a oferta de – benefícios, serviços e programas – afim de promover a capacidade protetiva do estado, garantindo assim o fortalecimento e a autonomia das famílias e usuários.

Os casos identificados de insegurança alimentar em nosso município devem atender tal necessidade a partir do encaminhamento técnico e consequente concessão do benefício eventual como - cestas básicas afim de atender as necessidades de pessoas e de família em situação de vulnerabilidade socioeconômica momentânea e emergencial, não tendo caráter de oferta contínua. A prestação dos benefícios eventuais deve ocorrer em consonância com a política nacional de assistência social (PNAS), tendo por base os princípios previstos no decreto nº 6.307 de 14 de dezembro de 2007, e que norteiam a execução da lei municipal de benefícios eventuais, considerando ainda as previsões sociais prevista na lei orgânica da assistência lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993

No município de Guarujá do Sul-SC, uma das ofertas de benefício eventual é a cesta básica que serve para atender situações eventuais de nossos munícipes e também a concessão de leite para crianças até completarem a idade 02 anos, tais benefícios que tem como finalidade suprir as demandas advindas de vulnerabilidades temporárias provocadas pelo desemprego, subemprego, doenças incapacitantes e deficiências em geral que impedem a realização das atividades laborativas, também existe questões relacionadas a famílias numerosas com rendas reduzidas. ressalta que a oferta desses benefícios está regulamentada na lei municipal nº lei nº 2815/2023 - subseção I do benefício alimentação, materiais de higiene e limpeza e subseção II do benefício leite e respectivamente do art. 18. ao art. 20.



Nesse sentido, identificou-se algumas possibilidades para atender a demanda no município disponível no mercado para contribuir na eventual efetividade para alcance do objetivo (apresentar e explicar as opções/soluções/alternativas):

SOLUÇÃO 1: desenvolvimento de um programa municipal que sirva diariamente refeições para as pessoas que se encontram em determinado momento em situação de vulnerabilidade.

Sendo necessário um diagnóstico de locais com adaptações que atendam a vigilância sanitária, cozinha industrial, mesas para realizar as refeições; demanda ainda de profissionais disponibilizados para o preparo dos alimentos e limpeza do espaço, e ainda da aquisição dos alimentos para servir nas refeições, mapeamento de recurso, desenvolver possíveis parcerias, desenvolvimento de um esquema logístico avançados para preparação, transporte e armazenamento, cardápio e nutrição- considerar opções para pessoas com alergias ou preferências alimentares específicas, canais de divulgação, monitoramento das atividades e a sustentabilidade da ação.

Após devidas ponderações torna-se muito mais oneroso ao ente público, já que neste caso teria que desenvolver um projeto demasiado grande para atender aos usuários, realizar e servir esses alimentos.

SOLUÇÃO 02 – Contratação de empresa especializada para o fornecimento de alimentos para compor a cesta básica, que faça a montagem no formato de kits de alimentos organizando conforme prevê a legislação;

Esta opção dispensa espaço físico para armazenagem dos alimentos individuais até o recebimento total dos itens para então proceder com a montagem dos mesmos, não há necessidades mão de obra do município para montagem dos kits. Sendo que a empresa que oferecer a melhor proposta no processo licitatório entregando a totalidade dos itens no formato kit, viabilizará um fluxo de entrega mais ágil, já que evitará incompatibilidade de entregas que podem ocorrer com diferentes fornecedores, o que acabaria dificultando o atendimento aos usuários em situação de vulnerabilidade que necessitam do benefício. Permite um atendimento mais eficaz, podendo distribuir as cestas básicas e leite assim que elas chegarem no local de destino. Evita inconsistência do padrão de qualidade. Além disso, caso exista alguma inconformidade na entrega, um único fornecedor agiliza o processo de comunicação e correção do problema. Mais eficaz e menos oneroso, garantindo que a assistência chegue às pessoas que realmente precisam.



ITEM	DESCRIÇÃO	
01	CESTA BÁSICA	
	DESCRIÇÃO	564,80
	ACHOCOLATADO EM PÓ COM ACTIGEN-E EMBALAGEM ECONÔMICA 800G	
	AÇÚCAR BRANCO PACOTE DE 05 KG	Valor
	ARROZ PARBOLIZADO PACOTE DE 5 KG –TIPO 1	segundo a
	BISCOITO CROCANTE SALGADO 400GR	lei
	CAFÉ SOLÚVEL INSTANTÂNEO GRANULADO, EXTRA FORTE, SEM GLÚTEN. VIDRO DE 200 GR	municipal
	CAIXA COM 12 UNIDADES DE 1 LITRO DE LEITE INTEGRAL	40%
	CREME DENTAL UNIDADE DE 90 GRAMAS	salário
	DOCE DE FRUTA 400 GR	mínimo
	FARINHA DE MILHO FINA PACOTE DE 1 KG	
	FARINHA DE TRIGO TRADICIONAL 0000 TIPO 1, ENRIQUECIDA COM ÁCIDO FÓLICO E FERRO, ESPECIAL PARA PREPARO DE MASSAS E PÃES PACOTE DE 05 KG (BRANCA)	
	FEIJÃO PRETO TIPO 1 EMBALAGEM DE 1 KG	
	FERMENTO BIOLÓGICO INSTANTÂNEO EMBALAGEM COM 125 GR	
	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO EMBALAGEM 100GR.	
	GELATINA EMBALAGEM COM 30G SABORES DIVERSOS	
	LAVA LOUÇAS (DETERGENTE LIQUIDO) 500 ML, C/ GLICERINA, RENDE MAIS, FÓRMULA BIODEGRADÁVEL, AROMAS DIVERSOS.	
	MACARRÃO PARAFUSO COM OVOS PACOTE DE 500 GR	
	MOLHO DE TOMATE PRONTO, SABOR TRADICIONAL, SACHE 340G	
	ÓLEO DE SOJA 900 ML TRADICIONAL FILTRADO 5 VEZES, FONTE DE ÔMEGA 3 E VITAMINA E, SEM COLESTEROL E ZERO GORDURA TRANS	
	PACOTE DE BISCOITO DE LEITE 400 G	
	PAPEL HIGIÊNICO BRANCO, PICOTADO NEUTRO, PACOTE COM 04 ROLOS DE 30MX10 CM.	
	SABÃO DE ALCÓOL EM BARRA EMBALAGEM DE 400G	
	SABÃO EM PÓ (LAVA ROUPAS)1 KG, TECNOLOGIA MULTI TECIDOS, LAVA ROUPAS BRANCAS E COLORIDAS.	
	SABONETE CAIXA INDIVIDUAL VÁRIOS AROMAS 90 GR	
	SAL BRANCO FINO PACOTE DE 1 KG	
02	LEITE INTEGRAL OU 0 LACTOSE CAIXA 12UNIDADE 1 LITRO	101,03

A quantidade de cada item varia para que o valor mínimo seja atendido.

Tendo por base os anos anteriores 2022: 85 cestas e 55 caixas de leite, no ano de 2023: 70 cestas 25 caixas de leite. Com a previsão de 100 cestas e 50 caixas de leite para o ano de 2024 teríamos o valor total de 61.531,75 (56.480,00 em cestas básicas e 5.051,75 em leite)



SOLUÇÃO 03 - Comprar os itens alimentícios e proceder a montagem no órgão que cederá o benefício.

A referida solução demanda a aquisição dos Itens Alimentícios listando todos os itens necessários para os kits. Pesquise fornecedores e a realização de um processo licitatório para garantir os melhores preços. Deverá se ter uma verificação de qualidade e validade dos produtos constante. Deverá ter uma logística de armazenamento onde se deve organizar um depósito adequado para armazenar os itens e o espaço atenda às normas de segurança e higiene. (possui exigência de um depósito separado para amansamento destes itens)

Sendo necessário haver algum servidor para separar os produtos por categoria para facilitar a montagem das cestas, sendo para isso necessário recrutar mão de obra do município. Deverá instituir um cronograma para a montagem dos kits, especificando dias e horários em um espaço específico para a montagem, garantindo que seja limpo e organizado. Desenvolver um guia ou checklist para garantir que todos os itens sejam incluídos.

Ainda no que compete esta solução haverá necessidade de planejamento da logística de distribuição considerando os locais e horários, sendo necessário que se mantenha registros detalhados de aquisições, montagens e distribuições para transparência e prestação de contas.

Esta demanda financeiramente não atende as demandas pois seria inviável manter com estas exigências sendo que o Fundo Municipal de Assistência Social trabalha com as equipes incompletas e acúmulo de funções, não havendo atualmente espaço físico para depósitos.

SOLUÇÃO 04 – contratação de empresa para prestação de serviços de administração, gerenciamento, admissão e fornecimento de cartões alimentação (cesta básica), na forma de cartão magnético – “cartão social”, com processamento e carga de créditos eletrônicos para aquisição de gêneros alimentícios, higiene pessoal e limpeza, destinados a atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade social.

Disponibilizando em forma de pecúnia. Esta modalidade tem a finalidade de garantir maior autonomia aos indivíduos e famílias na aquisição de alimentos.

Porém o fornecimento do cartão alimentação deve seguir um trâmite para liberação e solicitação junto à empresa gerenciadora, o qual possui determinado tempo para envio às equipes técnicas, bem como para entrega ao munícipe. Nos atendimentos realizados nos equipamentos públicos surgiram situações em que o usuário, devido a situação de vulnerabilidade, não possui condições de aguardar a chegada do cartão, sendo imprescindível o pronto fornecimento dos alimentos sendo que está demanda atualmente não comporta a necessidade do Fundo Municipal de assistência Social

SOLUÇÃO ESCOLHIDA: SOLUÇÃO 02



Dentre as soluções identificadas no levantamento de mercado, optou-se por utilizar a solução 02, visando a proposta mais vantajosa para a aquisição da cesta básica, levando em conta os aspectos técnicos e econômicos, no que tange a logística de armazenamento, distribuição e a economicidade gerada com a compra da cesta básica pronta. Além disso, o município faz uso desta metodologia há vários anos, não havendo intercorrências que inviabilizam a execução do objeto histórico das licitações anteriores, neste nicho de mercado há diversas empresas aptas a participar do certame.

Destaca-se que esta análise teve como ponto de partida as observações e levantamentos acima mencionados e as contratações anteriores do mesmo objeto. A aquisição de cesta básica pronta pelo sistema de registro de preços demonstra-se viável para atendimento da demanda em tela, considerando os aspectos logísticos e econômicos. Verifica-se com esta solução a facilidade e agilidade na aquisição do objeto, que ficará disponível e poderá ser solicitado de acordo com a necessidade da Administração. O fornecimento de cesta básica pronta evitará a necessidade de a Administração dispor de maior espaço físico para armazenamento dos alimentos que compõem a cesta, caso os mesmos sejam licitados separadamente, assim como a disponibilidade de mão de obra para seleção dos itens e montagem da cesta. Ademais, na hipótese do fornecimento de alimentos por diversas empresas, há a possibilidade de gerar atrasos na distribuição da cesta, tendo em vista que as entregas poderão ocorrer em datas diferentes e/ou o fornecedor encontrar algum empecilho para cumprir os prazos acordados.

Com isso, o processo licitatório sob forma de Sistema de Registro de Preço por intermédio do Pregão Eletrônico, sistema que se faz mais vantajoso em virtude de não vincular a Administração total, logo podendo viabilizar as contratações conforme as necessidades.

Ademais, destaca-se que referida contratação sempre foi realizada pelo Fundo Municipal de Assistência Social, mediante Registro de Preço por intermédio do Pregão Eletrônico, com o critério de julgamento Menor Preço, adjudicação por ITEM (item cesta básica e item leite), através de sistema registro de preços.

O objeto disposto no presente estudo foi contratado anteriormente pelo Fundo Municipal de Assistência Social pelo registro de preço nº 5/2023, todavia, o prazo de vigência das Atas de Registros de Preços encerra em 09 de outubro de 2024; sendo que havia ordem de compra gerada que atendera até fim do ano havendo tempo hábil para realizar um processo com calma por realizar sendo que é indispensável promover referida aquisição em tempo hábil, para que o interesse público continue sendo satisfeito. (realiza-lo em 2024 para sua plena execução no ano de 2025)

2. PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES - art. 18, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

A contratação consta no planejamento estratégico desta Administração/PCA, conforme Decreto



3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO - art. 18, § 1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

3.1. Quanto a habilitação será exigida somente a documentação de Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista, bem como declarações padrões do sistema Portal de Compras Públicas.

3.2. Deverá também ser solicitado que a empresa vencedora deve apresentar declaração, indicando as marcas dos produtos que se vencedor irá compor as Cestas Básica. A não apresentação dessa declaração implicara na desclassificação da proposta.

3.3. SOBRE AS ENTREGAS:

1. Para o item 01 – Cesta Básicas:

- a. As cestas básicas deverão ser entregues diretamente ao beneficiado, mediante autorização da Assistente Social responsável do Fundo Municipal de Assistência Social.
- b. A entrega deverá ser feita na sede do município, diretamente ao beneficiado mediante a apresentação da autorização mencionada no item anterior. A autorização para entrega e entrega será feita diariamente, de segunda a sexta feira em horário de atendimento da Secretaria Municipal de Assistência Social.
- c. Na autorização deverá constar o nome do beneficiado, data, assinatura do responsável, carimbo, relação dos itens com quantidade e marca, entre outras informações necessárias (modelo próprio do Fundo Municipal de Assistência Social).
- d. As cestas básicas, deverão ser entregues devidamente embaladas, em embalagem plástica resistente, com a quantidade de produtos por cesta conforme Anexo I e marcas dos produtos conforme declaração (Letra G do Item 7.3.) do edital.
- e. Deveram ser separados em embalagem diferentes os gêneros alimentícios dos produtos de limpeza e higienização.
- f. A data de validade dos gêneros alimentícios não deverá ser menor de 6 (seis) meses, salvo quando esta validade for menor.
- g. A empresa vencedora da presente licitação deverá fornecer as cestas básicas, conforme especificação nas Relações do Itens, bem como deverá cumprir a forma de fornecimento, e estar ciente que o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, poderá fazer diligencias para verificação das cestas básicas fornecidas, respondendo este civil e criminalmente pela entrega das cestas básicas.

Entrega direta ao beneficiário:

A prática da entrega direta nos domicílios dos usuários se deve por muitas pessoas



enfrentam dificuldades para acessar o transporte público (que é escasso no município) e/ou não possuem um veículo próprio, o que pode dificultar a retirada de cestas básicas. A licitação com entrega em domicílio se torna uma solução eficiente, garantindo que as pessoas que mais precisam recebam os itens de forma rápida e acessível. Isso garante que as cestas básicas cheguem a quem realmente precisa, sem que eles tenham que enfrentar barreiras adicionais. Desta forma aumenta-se a eficiência e a equidade na distribuição de alimentos e recursos.

2. 1. Para o item 01 – leite

- a. As caixas de leite integral, serão fornecidos de acordo com a necessidade, sendo que a entrega deverá ser 05 dias após recebimento da Ordem de Compra pela empresa.
- b. A entrega será diretamente na Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme constante na Ordem de Compra.
 - b.1. O endereço estará identificado na Ordem de Compra, e no horário das 07:30 as 11:00 e das 13:00 as 16:30 de segunda a sexta feira.
 - b.2. Não será aceito/recebido materiais fora do horário e dia acima mencionados.
 - b.3. Em caso de contratação de transportadora para entrega a mesma deve estar ciente desse horário.
- c. O leite integral deverá ter prazo máximo de fabricação de até 15 dias da data de entrega, sob pena de devolução do mesmo, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.
- d. O Secretaria Municipal de Assistência Social, fica desobrigado de pagar pelas caixas de leite integral fornecido sem a observância das condições estabelecidas.
- e. No ato da solicitação a empresa será informada da quantidade de leite integral e leite 0 lactose e entregar;

4. QUANTITATIVO ESTIMADO - art. 18, § 1º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021

As quantidades estimadas foram definidas baseadas na experiência de utilização dos mesmos, assim, foram realizadas análises das últimas aquisições do Fundo Municipal de Assistência Social objeto conforme tabela abaixo:

Segue abaixo os dados pertinentes das quantidades adquiridas nos últimos anos:

Item	Descrição	Quantidade contratada 2022	Quantida de contratad a 2023	Quantida de contratad a 2024
01	cesta básica *	85	70	100
02	leite integral ou 0 lactose caixa 12	55	25	50



	unidade 1 litro			
--	-----------------	--	--	--

*Itens que compõem a cesta básica;

Especificação
<p>1 - ACHOCOLATADO EM PÓ COM ACTIGEN-E, FONTE DE VITAMINAS, CÁLCIO E FERRO EMBALAGEM ECONÔMICA 730G. VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES DA DATA DA ENTREGA, DEMAIS CONDIÇÕES DE ACORDO COM AS NORMAS DE SAÚDE/SANITÁRIAS VIGENTES (ANVISA).</p> <p>1 - AÇÚCAR CRISTAL, BRANCO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DE FÁBRICA COM 5KG, ASPECTO GRANULOSO FINO A MÉDIO. VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES DA DATA DA ENTREGA, DEMAIS CONDIÇÕES DE ACORDO COM AS NORMAS DE SAÚDE/SANITÁRIAS VIGENTES (ANVISA).</p> <p>1 - AMIDO DE MILHO, PRODUZIDO A PARTIR DE MATÉRIAS-PRIMAS LIMPAS E SÃS, ISENTO DE PARASITAS, FUNGOS, MATÉRIA TERROSA, E LIVRE DE UMIDADE, FERMENTAÇÃO, OU RANÇO EMBALAGEM ORIGINAL DE FÁBRICA DE 1 KG COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DOS INGREDIENTES, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, MARCA DO FABRICANTE E INFORMAÇÕES DO MESMO, PRAZO DE VALIDADE, PESO LÍQUIDO E ROTULAGEM DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO. O AMIDO DE MILHO DEVE TER UM ASPECTO, CHEIRO, E SABOR PRÓPRIOS, E UMA UMIDADE MÁXIMA DE 14% POR PESO. NÃO DEVE APRESENTAR RESÍDUOS, IMPUREZAS, CHEIRO NÃO CARACTERÍSTICO, OU BOLOR. VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES DA DATA DA ENTREGA, DEMAIS CONDIÇÕES DE ACORDO COM AS NORMAS DE SAÚDE/SANITÁRIAS VIGENTES (ANVISA).</p> <p>1 - ARROZ PARBOLIZADO, TIPO 1, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DE FÁBRICA COM 5 KG VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES DA DATA DA ENTREGA, DEMAIS CONDIÇÕES DE ACORDO COM AS NORMAS DE SAÚDE/SANITÁRIAS VIGENTES (ANVISA).</p> <p>3 - BISCOITO CREAM CRACKER, PRODUZIDO COM FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, GORDURA VEGETAL, AMIDO OU CREME DE MILHO, SAL, CARBONATO DE CÁLCIO, EXTRATO DE MALTE, FERMENTOS QUÍMICOS: BICARBONATO DE AMÔNIO E BICARBONATO DE SÓDIO, ESTABILIZANTE: LECITINA DE SOJA. DEVERÁ SER FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS E LIMPAS, SER ISENTO DE MATÉRIAS TERROSAS, PARASITOS E ESTAR EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. ACONDICIONADO EM PCT 02 EMBALAGEM ORIGINAL DE FÁBRICA COM 400G. VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES DA DATA DA ENTREGA, DEMAIS CONDIÇÕES DE ACORDO COM AS NORMAS DE SAÚDE/SANITÁRIAS VIGENTES (ANVISA).</p> <p>3 -BISCOITO, DOCE, TIPO MAIZENA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, VITAMINADO, ACONDICIONADO EM PCT 02 EMBALAGEM ORIGINAL DE FÁBRICA COM 400G. VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES DA DATA DA ENTREGA, DEMAIS CONDIÇÕES DE ACORDO COM AS NORMAS DE SAÚDE/SANITÁRIAS VIGENTES (ANVISA).</p> <p>1 - CAFÉ SOLÚVEL INSTANTÂNEO GRANULADO, EXTRA FORTE, SEM GLÚTEN. VIDRO DE 200 GR VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES DA DATA DA ENTREGA, DEMAIS CONDIÇÕES DE ACORDO COM AS NORMAS DE SAÚDE/SANITÁRIAS VIGENTES (ANVISA).</p> <p>2 - CAIXA COM 12 UNIDADES DE 1 LITRO DE LEITE INTEGRAL OU ZERO LACTOSE. VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES DA DATA DA ENTREGA, DEMAIS CONDIÇÕES DE ACORDO COM AS NORMAS DE SAÚDE/SANITÁRIAS VIGENTES (ANVISA).</p> <p>1 - DOCE DE FRUTAS (UVA, MORANGO, ABACAXI E ABÓBORA COM COCO). EMBALAGEM EM POTE PLÁSTICO DE 400 GRAMAS COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DOS INGREDIENTES, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, MARCA DO FABRICANTE E INFORMAÇÕES DO MESMO, PRAZO DE VALIDADE, PESO LÍQUIDO E ROTULAGEM DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO. VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES DA DATA DA ENTREGA.</p> <p>2 - EXTRATO DE TOMATE PRODUTO RESULTANTE DA CONCENTRAÇÃO DA POLPA DO TOMATE POR PROCESSO TECNOLÓGICO, PREPARADO COM FRUTOS MADUROS, SELECIONADOS, SEM PELE, SEM SEMENTES E CORANTES ARTIFICIAIS, ISENTO DE SUJIDADES E FERMENTAÇÃO. EMBALAGEM ORIGINAL DE FÁBRICA SACHE 300GRAMAS SENDO QUE ESTA NÃO DEVE ESTAR VIOLADA, COM CORTES APRESENTAR A IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DOS INGREDIENTES, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, MARCA DO FABRICANTE E INFORMAÇÕES DO MESMO, PRAZO DE VALIDADE, PESO LÍQUIDO E ROTULAGEM DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO</p> <p>1 - FARINHA DE MILHO FINA PACOTE DE 1 KG SUBMETIDO A PROCESSOS DE MACERAÇÃO, SECAGEM, MOAGEM, PENEIRAÇÃO E LAMINAÇÃO ADEQUADOS E ISENTOS DE SUJIDADES. VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES DA DATA DA ENTREGA, DEMAIS CONDIÇÕES DE ACORDO COM AS NORMAS DE SAÚDE/SANITÁRIAS VIGENTES (ANVISA).</p>



2 - FARINHA DE TRIGO, DE 1ª QUALIDADE, TRADICIONAL 0000 TIPO 1, ENRIQUECIDA COM ÁCIDO FÓLICO E FERRO, ESPECIAL PARA PREPARO DE MASSAS E PÃES PACOTE DE 05 KG (BRANCA) ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DE FÁBRICA. VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES DA DATA DA ENTREGA, DEMAIS CONDIÇÕES DE ACORDO COM AS NORMAS DE SAÚDE/SANITÁRIAS VIGENTES (ANVISA);

5 - FEIJÃO PRETO TIPO 1 ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DE FÁBRICA COM 1KG, GRÃOS INTEIROS, ASPECTO BRILHOSO, LISO. VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES DA DATA DA ENTREGA, DEMAIS CONDIÇÕES DE ACORDO COM AS NORMAS DE SAÚDE/SANITÁRIAS VIGENTES (ANVISA).

1 - FERMENTO BIOLÓGICO INSTANTÂNEO EMBALAGEM COM 125 GR, PRÓPRIO PARA FABRICAÇÃO DE MASSAS ALIMENTÍCIAS. INGREDIENTES: SACCHAROMYCES CEREVISAE E MONOESTEARATO DE SORBITANA. DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. NO RÓTULO DA EMBALAGEM DEVERÃO ESTAR IMPRESSOS DE FORMA CLARA E INDELÉVEL AS SEGUINTE INFORMAÇÕES: IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, INCLUSIVE A MARCA; NOME E ENDEREÇO DO FABRICANTE; DATA DE FABRICAÇÃO; DATA DE VALIDADE OU PRAZO MÁXIMO PARA CONSUMO; COMPONENTES DO PRODUTO; PESO LÍQUIDO; INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS; NÚMERO DO LOTE VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES DA DATA DA ENTREGA, DEMAIS CONDIÇÕES DE ACORDO COM AS NORMAS DE SAÚDE/SANITÁRIAS VIGENTES (ANVISA).

1 - FERMENTO EM PÓ QUÍMICO EMBALAGEM 100GR. FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPAS, ISENTA DE MATÉRIA TERROSA E PARASITAS. NÃO PODENDO ESTAR ÚMIDOS, FERMENTADOS OU RANÇOSOS. INGREDIENTES: AMIDO DE MILHO OU FÉCULA DE MANDIOCA, FOSFATO MONOCÁLCICO, BICARBONATO DE SÓDIO E CARBONATO DE CÁLCIO. ROTULAGEM: DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. NO RÓTULO DA EMBALAGEM DEVERÃO ESTAR IMPRESSOS DE FORMA CLARA E INDELÉVEL AS SEGUINTE INFORMAÇÕES: IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, INCLUSIVE A MARCA; NOME E ENDEREÇO DO FABRICANTE; DATA DE FABRICAÇÃO; DATA DE VALIDADE OU PRAZO MÁXIMO PARA CONSUMO; COMPONENTES DO PRODUTO; PESO LÍQUIDO; INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS; NÚMERO DO LOTE VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES DA DATA DA ENTREGA, DEMAIS CONDIÇÕES DE ACORDO COM AS NORMAS DE SAÚDE/SANITÁRIAS VIGENTES (ANVISA).

6 - GELATINA EMBALAGEM COM 30G SABORES DIVERSOS COLORIDO ARTIFICIALMENTE. INGREDIENTES: AÇÚCAR, GELATINA, SAL, ACIDULANTE ÁCIDO CÍTRICO, REGULADOR DE ACIDEZ, CITRATO DE SÓDIO, AROMATIZANTE E CORANTES ARTIFICIAIS ESPECÍFICOS PARA CADA SABOR DESCRITO ABAIXO. FORMULADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SELECIONADAS, SENDO DE PRIMEIRA QUALIDADE, OU SEJA, NÃO DEVERÁ CONTER SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS À SUA CONSTITUIÇÃO NORMAL, OU SEJA, ISENTO DE MATÉRIAS TERROSAS E PARASITAS, NÃO PODENDO ESTAR ÚMIDA, FERMENTADA OU RANÇOSA, DEVENDO OBEDECER À LEGISLAÇÃO VIGENTE. O PRODUTO DEVERÁ SER ROTULADO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. NO RÓTULO DA EMBALAGEM DEVERÃO ESTAR IMPRESSOS DE FORMA CLARA E INDELÉVEL AS SEGUINTE INFORMAÇÕES: IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, INCLUSIVE A MARCA; NOME E ENDEREÇO DO FABRICANTE; DATA DE FABRICAÇÃO; DATA DE VALIDADE OU PRAZO MÁXIMO PARA CONSUMO; COMPONENTES DO PRODUTO; PESO LÍQUIDO; INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS; NÚMERO DE REGISTRO DO PRODUTO NO ÓRGÃO COMPETENTE; NÚMERO DO LOTE. O PRODUTO DEVERÁ TER VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO.

4 - MACARRÃO, TIPO SPAGHETTI, MASSA COM OVOS, DE 1ª QUALIDADE, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DE FÁBRICA COM 500GR. VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES DA DATA DA ENTREGA, DEMAIS CONDIÇÕES DE ACORDO COM AS NORMAS DE SAÚDE/SANITÁRIAS VIGENTES (ANVISA).

5 - ÓLEO DE SOJA 900 ML TRADICIONAL FILTRADO 5 VEZES, FONTE DE ÔMEGA 3 E VITAMINA E, SEM COLESTEROL E ZERO GORDURA TRANS ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DE FÁBRICA COM APROXIMADAMENTE 900ML VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES DA DATA DA ENTREGA, DEMAIS CONDIÇÕES DE ACORDO COM AS NORMAS DE SAÚDE/SANITÁRIAS VIGENTES (ANVISA).

1 - SAL, REFINADO, IODADO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA ORIGINAL DE FÁBRICA COM 1KG. VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES DA DATA DA ENTREGA, DEMAIS CONDIÇÕES DE ACORDO COM AS NORMAS DE SAÚDE/SANITÁRIAS VIGENTES (ANVISA).

02-CREME DENTAL, EMBALAGEM COM 140 GR; USO ADULTO, COMPOSTO DE FLÚOR LAURIL, SULFATO DE SÓDIO, SACARINA SÓDICA, ÁGUA, SORBITOL, COMPOSIÇÃO AROMÁTICA,



POLIETILENOGLICOL, CARBOXIMETILCELULOSE, METILPARABENO, CARBONATONATO DE CÁLCIO, PIROFOSFATO, TERASSODICO, PROPILPARABENO, MONOFLUORFOSFATO SÓDICO, SILICATO DE SÓDIO, EMBALADO EM CAIXA PAPEL CARTÃO PLASTIFICADO, VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO, DEMAIS CONDIÇÕES DE ACORDO COM AS NORMAS DE SAÚDE SANITÁRIAS VIGENTES (ANVISA).

1 -LAVA LOUÇAS (DETERGENTE LIQUIDO) 500 ML, C/ GLICERINA, RENDE MAIS, FÓRMULA BIODEGRADÁVEL, AROMAS DIVERSOS.

02-PAPEL HIGIÊNICO BRANCO, PICOTADO NEUTRO, EMBALAGEM COM 12 UNIDADES; PAPEL HIGIÊNICO BRANCO COM FOLHA SIMPLES DE ALTA QUALIDADE, 100% DE FIBRAS NATURAIS, NEUTRO CADA ROLO MEDINDO 30 MX10 CM.

01-SABÃO EM BARRA, EMBALAGEM COM 05 UNIDADES, TRANSPARENTE GLICERINADO; PRODUTO ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO COM VALIDADE DE 05 MESES DA ENTREGA DO PRODUTO, DEMAIS CONDIÇÕES DE ACORDO COM AS NORMAS DE SAÚDE SANITÁRIAS VIGENTES (ANVISA).

01- SABÃO EM PÓ (LAVA ROUPAS)1 KG, TECNOLOGIA MULTI TECIDOS, LAVA ROUPAS BRANCAS E COLORIDAS. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA

06 - SABONETE, EMBALAGEM COM 90 GR; TABLETE EMBALADO EM PAPEL DE BOA QUALIDADE PARA HIGIENE CORPORAL, PESO 90 GR, VALIDADE DE 05 MESES DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO, DEMAIS CONDIÇÕES DE ACORDO COM AS NORMAS DE SAÚDE SANITÁRIAS VIGENTES (ANVISA).

As quantidades unitárias podem variar sendo ajustadas para que o valor seja o previsto em lei;

5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO – art. 18, §1º, inciso VI da Lei 14.133/21

Durante as pesquisas iniciais realizadas, estima-se que dentre as **alternativas** disponíveis no mercado, o valor estimado da contratação será R\$ 61.531,75, conforme planilha que segue representando uma memória de cálculo detalhada para ilustrar como se verificou os referidos valores, sendo que poderá haver alterações.

ITEM	VALOR
cesta básica	56.480,00
leite integral ou 0 lactose caixa 12unidade 1 litro (101,03)	5.051,75
TOTAL	61.531,75

6. JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO – art. 18, § 1º, inciso VIII da Lei 14.133/21

A Lei 14.133/2021 dispõe no inciso II do seu art. 47 que as licitações atenderão aos princípios do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.



As cestas básicas são compostas por vários itens, dentre eles gêneros alimentícios, produtos de higiene pessoal e limpeza, o quais estão dentro de um único item denominado “CESTAS BASICAS”, comumente oferecidos por empresas do ramo de atividade, dessa forma, o objeto será: dividido por item, um item cestas básica e outro Leite, representam assim economia de tempo, recursos, praticidade e melhor gestão na hora da entrega.

7. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO - art. 18, §1º, inciso XIII da Lei 14.133/21

A presente contratação se revela necessária, tendo o presente Estudo Técnico Preliminar evidenciado os benefícios diretos e indiretos que a Administração almeja com a contratação da solução, em termos de economicidade, eficácia, eficiência, melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, serão alcançados com a aquisição do objeto diretamente de empresas especializadas, contratação do Processo Licitatório/Sistema de Registro de Preço por intermédio do Pregão Eletrônico, sistema que se faz mais vantajoso ao fundo municipal de assistência Social em virtude de não vincular a Administração total, logo podendo viabilizar as contratações conforme as necessidades.

Anda a fim de evitar a necessidade de designação de servidores para organização e montagem das cestas. A Prefeitura, através dos equipamentos públicos sociais, atende as famílias em vulnerabilidade social existentes no município, através da oferta de serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais no território. O benefício eventual pretendido, com vistas ao atendimento do Interesse Público, tem por objetivo garantir o restabelecimento das seguranças sociais comprometidas por eventos inesperados, atendendo situações que demandam proteção dos usuários da Política de Assistência Social de Guarujá do Sul.

Dessa forma, concluímos que a solução indicada é a mais adequada e requeremos a continuidade do processo para efetivar a contratação, visando o atendimento da necessidade a que se destina.

8. ELEMENTOS MÍNIMOS NECESSÁRIOS - art. 18, §2º, inciso XIII da Lei 14.133/21

O presente estudo técnico preliminar contemplou ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021, suficientes para identificar o problema a ser resolvido, sob a perspectiva do interesse público, e foi capaz de apontar dentre as opções/soluções/alternativas disponíveis no mercado, aquela contratação que revela viabilidade técnica e econômica na aquisição dos itens de cesta básica e leite.

Os demais elementos previstos nos incisos do §1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 não são obrigatórios e podem ser dispensados nos termos do §2º do art. 18 da Lei 14.133/2021. No presente caso, os mesmos não foram utilizados, por tal motivo: pois neste momento o município



encontra-se em fase de adaptação para aplicar as inúmeras novidades da Lei 14.133/2021 dando prioridade e efetividade neste primeiro momento de adaptação, para os elementos obrigatórios previstos em lei, destacando-se ainda que o município é de pequeno porte, e o Fundo Municipal de Assistência Social não disponibiliza de funcionários específicos para a elaboração do Estudo Técnico Preliminar com todos os elementos previstos na lei.

As especificações dos itens encontram-se no anexo I deste documento. Os materiais solicitados deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial - ABNT, INMETRO, etc. - atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art 39, VIII, da Lei n°. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ETP:

Franciele Schneider
Agente Administrativo

Guarujá do Sul-SC, 15 de outubro de 2024.

